

# JUVENTUDE E DIVERSIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PERFIL DOS PARTICIPANTES DO PROJovem

Swamy de Paula Lima Soares

Universidade de São Paulo

swamysoares@yahoo.com.br

**Resumo:** Este trabalho apresenta um estudo sobre o perfil dos participantes do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – a partir de dados nacionais e municipais de matrícula e conclusão do curso. João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, é o município objeto de análise. Nossas conclusões apontam que, mesmo dentro de um quadro econômico e social semelhante, há diferenças de gênero, escolarização, relação com o trabalho e com a família que fazem com que os jovens tenham relações distintas com o programa. A complexidade do grupo participante do ProJovem alimenta os desafios de construção de políticas públicas que dialogue efetivamente com as distintas realidades juvenis.

**Palavras-chave:** juventude; diversidade; política pública.

## INTRODUÇÃO

A partir do ano de 2005 o governo Luis Inácio Lula da Silva lançou uma série de ações articuladas visando o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude; dentre elas destacamos a criação do Conjuve – Conselho Nacional de Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude e do ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Ao assumir a gestão federal em 2003, o referido governo tinha, pois, dois grandes desafios: articular as ações do Estado na construção de uma sólida política para a juventude brasileira e criar mecanismos institucionais de consolidação dessa política.

O ProJovem, portanto, acabou sendo uma espécie de carro-chefe das ações do governo federal para a juventude pobre, sendo implantado em caráter experimental no ano de 2005 em todas as capitais brasileiras e, posteriormente, nas cidades com mais de 200.000 habitantes. O foco do programa era um público, ou seja, “uma juventude” concentrada nos ambientes urbanos, sem vínculo formal de trabalho e com baixa escolarização. Neste sentido, os objetivos do ProJovem eram o de aumentar a escolarização de seus participantes, com a conclusão do ensino fundamental, iniciar o jovem ao “mundo do trabalho”, através da qualificação profissional, e aumentar seu vínculo com ações de cidadania em sua comunidade, pela via da construção de um projeto de ação comunitária.

Os objetivos deveriam ser cumpridos no prazo de doze meses (ininterruptos), em um espaço específico (o núcleo do ProJovem) e com professores especificamente contratados pelo programa. Soma-se a isso o recebimento de uma bolsa mensal de R\$ 100, 00 por jovem, equivalente no ano de 2005, a um terço do salário mínimo. A breve descrição do programa revela os seus objetivos ambiciosos. Em novembro de 2006, a meta do ProJovem era alcançar cerca de 191.500 jovens na faixa etária de 18 a 24 anos com quatro a seis anos de estudo.

O presente texto procura analisar o perfil dos participantes do ProJovem, apresentando dados nacionais e locais referentes ao município de João Pessoa. Trata-se de um recorte de

uma pesquisa maior que procura avaliar as possíveis repercussões do programa na esfera local. Pretendemos, com isso, compreender as nuances e diferenças possivelmente encontradas em um grupo que, mesmo pertencentes a um quadro social e econômico semelhantes, apresenta singularidades. O caminho por nós escolhido talvez aponte algumas pistas que contribuam para contextualizar o ProJovem – objeto central de nossa reflexão. O contexto, como a própria semântica sugere, é fundamental para uma sóbria análise dos acontecimentos contemporâneos que fizeram do ProJovem a principal ação do governo Lula para a juventude. Cabe-nos, entretanto, explicar de que juventude se está falando. Para isso, primeiramente, apresentaremos algumas discussões que tratam a juventude como fenômeno social complexo, dificilmente passível a reduções ou generalizações analíticas.

### JUVENTUDE(S): CONCEITOS, CONVERGÊNCIAS E PLURALIDADES

O recorrente emprego do termo juventude no plural (juventudes) revela a diversidade do tema, na medida em que há uma variação de percepções sobre o que seria a juventude. De forma recorrente, ela tem sido caracterizada como uma espécie de idade de transição, não estando situada na dimensão/idade da infância e nem completamente imersa no mundo adulto. As características ligadas à idéia de transição também ganharam força a partir de estudos que focavam a idéia de maturação social para a vida adulta, que teria como principal característica momentos de instabilidade, típicos de uma espécie de “idade do vir a ser”. Contudo, podemos observar que os marcos que definem o conceito de “transição” são variáveis e, em certa medida, menos estáveis do que alguns propagam. A contribuição antropológica para o debate foi, nesse panorama, decisiva. Como diria Bourdieu (1983), as culturas estabelecem marcos que definem o percurso e o papel das pessoas em uma dada estrutura social. Em algumas organizações sociais, a transição para a vida adulta, ou seja, o marco que simbolicamente definiria quando e como alguém chega a esse “papel” social (o ser adulto) poderia ser vislumbrado a partir de certos ritos, certas ações socialmente referenciadas que dariam ao jovem a condição de adulto.

Tradicionalmente, pensando o contexto das sociedades ocidentais contemporâneas, a vida adulta poderia ser caracterizada como uma vida autônoma. A sociedade do trabalho, por certo, definiu a autonomia pelo viés econômico. Ser adulto, portanto, estaria na premissa de ser alguém economicamente sustentável. Ser jovem, nesse raciocínio, seria alguém que ainda não conseguiu a autonomia. Em outras palavras, o grande problema em definir a juventude unicamente como um grupo em transição, é o eterno “vir a ser”, uma espécie de “não lugar” da vida social.

Outra grande dificuldade no conceito de transição é definir o seu início e, principalmente, o seu fim. Neste sentido, os marcos sociais tradicionais que definiam o conceito de ser adulto, portanto, ser “maduro” não estariam tão “sólidos” como se imaginava há anos atrás. Os pilares do trabalho e remuneração (o que no senso comum ficou conhecido como independência financeira), da saída da casa dos pais e da maturidade emocional (geralmente vinculada ao modelo de casamento monogâmico), não podem ser vistos como rigorosos marcos sociais que definem o adulto e o não adulto (o vir a ser, o jovem).

Gostaríamos de esclarecer, contudo, que a idéia de transição não pode ser descartada plenamente das discussões sobre juventude, pelo contrário. O seu problema, entretanto, é definir a juventude por aquilo que ela não é e não por aquilo que ela é. Neste sentido, precisaríamos de outros elementos conceituais que pudessem esclarecer quais as características da juventude e quais caminhos de análise poderíamos desenvolver para compreendê-la à luz das transformações sociais contemporâneas.

Karl Mannheim questionou em que medida os marcos biológicos são suficientes para se compreender a juventude. As problematizações de Mannheim levaram-no a analisar a questão das gerações a partir dos movimentos de irrupções, percebendo a juventude como portadora de um potencial em criar o novo, uma espécie de “agente mobilizador”, ainda que tal potencialidade não signifique, necessariamente, adotar uma postura conservadora ou progressista frente à sociedade que a precedeu.

De pronto, aguarda-nos uma armadilha. Quando eu era jovem, vigorava a crença de que a juventude é progressista por natureza. Provou-se ser isso uma falácia, ao aprendermos que os movimentos conservadores ou reacionários podem também desenvolver movimentos de juventude. Se afirmarmos que a juventude é um agente revitalizante na vida social, será de bom alvitre indicar muito claramente aqueles elementos da adolescência que, se mobilizados e integrados, auxiliarão a sociedade a tomar uma nova orientação (1974, p. 94).

Em outras palavras, muito mais do que estigmatizar a juventude como sendo essencialmente conservadora ou progressista, por exemplo, é importante situar a questão no contexto geracional de cada sociedade e como o potencial mobilizador da juventude interage com esses fatores.

As colocações trazidas por Mannheim abrem pistas para se compreender a juventude a partir de suas relações com outras gerações, questionando os possíveis olhares que até então eram colocados para analisá-la. Isso tem relação diretamente com as novas formas de se definir a condição juvenil para além das fronteiras sociais apresentadas anteriormente, especialmente quando tratamos das sociedades ocidentais contemporâneas. Pais (2000) destaca a possibilidade de “reversão” como um fator importante para se questionar os rígidos marcos que, em tese, definiriam o que seria a juventude e também o mundo adulto. Neste sentido, podemos sair da casa dos pais e voltar, começar e terminar um relacionamento, por exemplo. Os conceitos de estabilidade, inclusive do mundo do trabalho, não são suficientes para se entender os marcos de análise da transição para a fase adulta. Da mesma forma, o conceito de “maturidade emocional”. Seria muito difícil sustentar contemporaneamente a idéia de que ser adulto é ser amadurecido emocionalmente, principalmente se pensarmos o clássico modelo de “maturidade”, geralmente vinculado à estabilidade de relacionamentos por via do casamento. Neste sentido, a pergunta não seria se os jovens são ou não “maduros”, mas sim quem efetivamente o seria.

Margulis e Urresti (1998) propõem a necessidade de se pensar o jovem a partir de própria condição juvenil, observando as diferenças de classe, gênero, relações com a escolarização e

experiências com o lugar. Se pensarmos a entrada no mundo do trabalho como um elemento importante na transição para a fase adulta, evidentemente as questões da classe social vêm à tona como um dos elementos importantes para o entendimento dessa situação. Isso não significa dizer, contudo, que as classes populares pelas suas entradas precoces no mundo do trabalho, não possam ser analisadas a partir da sua dimensão juvenil plural.

Neste sentido, o conceito de *moratória* como uma espécie de possibilidade de ócio para as classes médias, que definiria o que seria a condição de ser jovem para alguns, não dá conta em explicar outros fenômenos e situações. Os autores argumentam que as diferenças apresentadas podem constituir outras formas de vivência da condição juvenil e da transição para a vida adulta. Ser jovem, mulher e de classe média revela o desenvolvimento de uma série de características que faz com que essa pessoa tenha uma experiência distinta de um jovem, homem e pobre, por exemplo. Há aí a necessidade de compreensão tanto da condição juvenil quanto da representação que se fazem sobre os jovens. Essa representação que cada sociedade faz da juventude, por um lado, é reflexo do olhar interpretativo da própria sociedade em relação ao jovem, por outro lado, a própria representação contribui para formar conceitos, opiniões que incidem diretamente sobre o que os jovens pensam de si, como se vêem enquanto jovens que são.

#### JOVENS POBRES E DIVERSIDADE

Os elementos ora apresentados se tornam relevantes especialmente ao analisarmos a condição juvenil e as relações com a transição para a vida adulta de jovens pobres, geralmente alvo das preocupações governamentais no que se refere à implementação de políticas públicas. Em outras palavras, talvez mais do que em outros segmentos sociais, esses jovens são alvo de uma intensa representação por parte da sociedade, representação essa que se materializa, inclusive, na ação do Estado pela via de sua ação. Em outras palavras, certos conceitos ligados ao risco, à vulnerabilidade e, principalmente, à marginalidade dos jovens pobres são frutos da própria interpretação dada pela sociedade frente aos mesmos; da mesma forma, tais representações contribuem para o reforço de posturas e conceitos que incidem diretamente sobre os próprios jovens pobres e sobre a própria visão que eles têm de si e de seus grupos.

Analisando a questão por outro prisma, Taylor (2000) afirma que a construção da identidade tem intensa relação com o outro; os olhares do outro, em certo sentido, acabam influenciando a visão que temos de nós mesmos. O filósofo canadense resgata a categoria hegeliana do *reconhecimento* para destacá-la no quadro moderno de lutas sociais. Em síntese, o olhar que o outro tem de mim pode levar a um falso reconhecimento, à negação da minha identidade que se constrói na relação com o mundo.

Do ponto de vista dos jovens pobres, objeto central das reflexões desse texto, os olhares dos “outros” em relação a eles são, por vezes, carregados de homogeneidades e rotulações. Evidentemente, a questão é bem mais complexa, mas é importante indagar em que medida as ações do Estado e da sociedade não reforçam representações que desconsideram a pluralidade de experiências juvenis encontradas nesse setor da população. Tais representações podem reforçar

mais um “falso reconhecimento” (utilizando as palavras de Taylor) do que propriamente um diálogo franco com condição e a construção de identidades desses sujeitos.

Neste sentido, ainda que os elementos em comum sejam importantes para se definir ações e interpretações sobre juventude das classes populares (como as questões ligadas à renda e classe social) elas por si não explicariam as inúmeras vivências e possibilidades de viver a condição de jovens dessas pessoas. Seria importante, nos dizeres de Margulis e Urresti (1998), perceber as diferenças de gênero, raça/etnia, experiências com o lugar e com os distintos processos de integração ao mundo do trabalho e escolarização, para se compreender as distintas condições juvenis e seus momentos de transição.

Procuraremos, nas próximas seções deste trabalho, discutir essas “pluralidades” a partir da análise dos dados de alunos ingressantes e concluintes do ProJovem, uma das principais ações do governo federal destinada à juventude pobre. Antes, contudo, faz-se necessário uma breve caracterização do programa.

## BREVE CARACTERIZAÇÃO DO PROJOVEM

O ProJovem nasce no governo Lula como uma das três principais ações no que se refere à gestão das políticas de juventude. Citando a Lei nº. 11.129, de 30 de junho de 2005, destacamos que o ProJovem apresentou-se como um programa de caráter experimental, cujas finalidades e objetivos eram o de:

proporcionar formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre: a) elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; b) qualificação com certificação de formação inicial e c) desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Como objetivos específicos, são mencionados: a) a re-inserção do jovem na escola; b) a identificação de oportunidades de trabalho e capacitação dos jovens para o mundo do trabalho; c) a identificação, elaboração de planos e o desenvolvimento de experiências de ações comunitárias e d) a inclusão digital como instrumento de inserção produtiva e de comunicação (BRASIL, 2005, p.13).

A proposta “inovadora” do ProJovem subsidiou a formulação tanto do projeto pedagógico quanto da sua estrutura de implantação. No que se refere ao segundo termo, o programa funcionou em um sistema de co-responsabilidade entre a esfera federal e municipal. Cada turma de alunos deveria comportar no máximo trinta estudantes. O conjunto de cinco turmas formaria um núcleo – cujo espaço de funcionamento seria de responsabilidade da gestão municipal. Ainda dentro da estrutura do ProJovem, o conjunto de até oito núcleos formaria uma “Estação da Juventude”, que deveria ser um “um local de encontro, busca de informação e orientação, estudo, servindo, ainda, para o desenvolvimento de atividades em grupo, realização de eventos culturais, entre outras ações que favoreçam seu processo formativo, expressão cultural e participação cidadã” (BRASIL, 2005, p. 29).

Em João Pessoa, as primeiras turmas do programa iniciaram suas atividades em janeiro de 2006. Eram vinte e sete núcleos divididos em quatro Estações da Juventude, número de

estações que permaneceu na segunda entrada do programa, datada de agosto do mesmo ano. Na terceira turma, o ProJovem, apesar do aumento de matrículas em relação às duas primeiras turmas, foi desenvolvido em vinte e três núcleos distribuídos em três Estações da Juventude.

Com uma população estimada, no ano de 2009, em 702.235 habitantes, a capital do Estado da Paraíba é desde o ano de 2005, governada por uma coalizão política de centro-esquerda liderada pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB, fato inédito na história do município. A atual diretriz de governo é pautada no discurso da participação popular e inclusão social, temáticas que ganharam relevância nas últimas eleições com a vitória do atual prefeito ainda no primeiro turno.

Ainda nesse panorama, a atual gestão começou a colocar em pauta o projeto de construção de um desenvolvimento local diferenciado, balizado pela defesa de maior qualidade de vida dos pessoenses, participação cidadã e defesa de direitos sociais, econômicos e ambientais, objetivando integrar tais princípios às propostas de políticas públicas geridas pelo município. Nossas análises têm apontado a existência de uma complexa relação entre o ProJovem, gestado na ação federal, e as gestões locais. Na verdade, percebe-se que o componente de comprometimento da gestão municipal diante do programa (incluindo o direcionamento político das gestões municipais – alinhadas ou não com as diretrizes políticas do governo federal) influencia diretamente na dinâmica do mesmo. Ainda que o nosso foco analítico não seja o aprofundando das relações federativas expressas no ProJovem, sem dúvida esse movimento apresenta-se como um objeto interessante de investigações futuras.

## DADOS DO PROJOVEM: BRASIL E JOÃO PESSOA

Os dados que subsidiaram parte de das análises sobre o ProJovem em João Pessoa foram retirados do sítio do CAED, especialmente os relativos às matrículas das três turmas do programa. A título de informação, a primeira turma do ProJovem iniciou suas atividades em janeiro de 2006 e concluiu em fevereiro de 2007; a segunda iniciou em agosto de 2006 e concluiu em setembro do ano posterior; a última turma iniciou suas atividades setembro de 2007 e concluiu em outubro de 2008.

Nos concentramos basicamente em uma planilha que informava elementos de entrada (ligados ao perfil dos matriculados) e a condição atual do estudante no momento da coleta de dados. Explicando melhor, o banco de dados da primeira e segunda turma fora sistematizado no ano de 2007 apresentando, assim, a situação de conclusão ou não do curso por parte dos jovens matriculados. No banco de dados referente à terceira turma, não temos perfil de conclusão dos alunos. No momento da sistematização dos referidos dados, os estudantes encontravam-se ainda matriculados no curso, não possibilitando, assim, avaliar suas situações de término ou não do mesmo. Entretanto, os dados da terceira turma permitem uma comparação entre o perfil de entrada e a situação de permanência da turma no momento da coleta de dados, o que, de forma geral, contribui para uma visão ampliada do movimento do programa no município.

Outra fonte de dados que subsidiou nossas análises foram os relatórios de avaliação do ProJovem que, grosso modo, apresentam perfis de entrada e saída dos participantes no âmbito nacional. Esses relatórios contêm ainda informações detalhadas sobre a situação de renda familiar dos estudantes, expectativas dos mesmos em relação ao curso, dados sobre situação de trabalho/emprego, assiduidade, entre outras, fruto de diversas aplicações de *surveys* previstos na estrutura de avaliação e monitoramento do ProJovem. Ressaltamos que, dada à delimitação de nossa apresentação, muitas dessas informações não serão tratadas no presente texto. Neste sentido, fizemos algumas escolhas metodológicas que privilegiaram a análise de elementos que, de certo modo, serviram como eixos centrais no tratamento dos dados.

Um dos elementos de orientação da análise é a questão de gênero, ou seja, a diversidade de experiências que podem ocorrer a partir da condição de ser homem ou ser mulher no ProJovem. Tanto os dados nacionais quanto os locais podem ser explorados no sentido de se estabelecer cruzamentos/relações entre a condição de gênero e aspectos econômicos como, por exemplo, a situação de ser ou não chefe de família. Como veremos adiante, o grande percentual de jovens que afirmam ter filhos corresponde ao sexo feminino. Essas informações podem contribuir para traçarmos perfis de como esses jovens têm se relacionado com certas situações tradicionalmente firmadas na sociedade que caracterizam a transição para a vida adulta (ser ou não chefe de família, ter ou não filhos, etc.). Da mesma forma, tais análises podem estimular outras pesquisas, especialmente com egressos, para investigar em que medida programas como o ProJovem têm repercutido na vida dos jovens usuários, sejam eles homens ou mulheres, e a natureza dessas repercussões (especialmente na questão do mundo do trabalho, um dos três grandes objetivos do programa).

Em janeiro de 2006, data de entrada da primeira turma do ProJovem, 2.174 matrículas foram efetuadas. A terceira turma do ProJovem contou com 2.767 matrículas (contra 1.925 da segunda turma), iniciando suas atividades em setembro de 2007 e concluindo em outubro de 2008.

Nota-se, pois, que houve um decréscimo de matrículas da segunda turma do ProJovem em relação à primeira (1.925 contra 2.174, respectivamente) e uma recuperação na terceira turma (2.767 matrículas). Duas hipóteses explicariam esse movimento. A primeira diz respeito à própria acomodação do ProJovem no município, com a concretização dos núcleos (e o fechamento de alguns) que inicialmente foram montados em João Pessoa. Vale ressaltar que os núcleos do programa funcionavam, em sua grande maioria, em escolas municipais. Algumas delas tiveram excedentes de jovens e outras, praticamente, fecharam ou foram relocadas por falta de alunos (especialmente em virtude do grande número de evasão). Tal processo, provavelmente, ilumina as reflexões sobre a diminuição de matrículas do primeiro para o segundo ano. No que se refere ao aumento na terceira e última turma do ProJovem, há de se destacar o grande apelo midiático nesta fase do programa. A exposição na mídia, o trabalho de mobilização de matrículas efetuado pela coordenação municipal e a própria consolidação do programa são elementos importantes que provavelmente explicam a variação para cima do número de matriculados.

Um dos primeiros pontos a se comentar, analisando o perfil de entrada dos jovens tanto em João Pessoa quanto no cenário nacional, é a expressiva participação das mulheres. Se, como relatam os documentos oficiais que instituíram as diretrizes do ProJovem, o programa destinase a uma parcela significativa da população brasileira que, historicamente, se viu desprovida de bens sociais (situação de exclusão social), percebemos que na questão de gênero podemos identificar alguns elementos que diferenciam a “natureza” da exclusão; em outras palavras, há diferenças significativas entre ser uma mulher com quatro a sete anos de estudo, que mora em um ambiente urbano e sem emprego formal, e entre ser um homem com essas mesmas características.

Dados nacionais apontam uma maior matrícula de mulheres no ProJovem (56,4% contra 43,6% de homens), sendo em sua maioria maiores de 21 anos. Em outras palavras, se tomamos os dados nacionais de jovens freqüentes segundo sexo e idade, há uma maior participação de jovens homens nas duas idades iniciais do programa (18 e 19 anos). A partir dos 21 anos a tendência verificada é de crescimento de participação de alunas mulheres, tendência que se torna predominantes até a idade limite do programa (24 anos). Os dados apontam, neste sentido, que a demanda pelo ProJovem se relaciona, ao falarmos de estudantes do sexo feminino, com mulheres que tiveram seu ciclo de estudos interrompido e que em sua maioria foram retomados após os 21 anos. Provavelmente, ao perguntarmos a relevância desses dados para entendermos as fases de transição juvenil para a fase adulta, identificamos na questão dos filhos um elemento central. Em nível nacional, para aqueles que declararam ter filhos no momento em que cursavam o ProJovem, 71,9% são mulheres e 24,8% são homens. A tendência é invertida segundo aqueles que declararam não ter filhos. Destes, 75,2% são homens e 28,1% são mulheres.

Em João Pessoa, encontramos perfis parecidos dos apresentados em nível nacional, com pequenas diferenças. Referimo-nos ao fato de que na primeira turma do ProJovem havia uma predominância do sexo masculino, tendência que foi revertida já na segunda turma, acompanhando o panorama nacional. Em 2006, 45,8% dos matriculados eram mulheres e 54,2% eram homens. Ainda no mesmo ano, no mês de agosto, a segunda turma do ProJovem contava com 52% de mulheres ingressantes e 48% de homens. No segundo semestre de 2007, momento de entrada da terceira turma do programa, 51% das matrículas eram de estudantes mulheres e 49% de homens, demonstrando estabilidade em relação à entrada anterior. No que se refere a ter ou não filhos, o perfil é praticamente idêntico ao panorama nacional. Na primeira turma da capital paraibana, dos que afirmavam terem filhos, 72% são mulheres e 28% homens; na segunda turma, dos que afirmavam terem filhos, 74% eram mulheres e 24% homens, quadro que permaneceu inalterado na terceira turma.

Os dados de matrícula nos remetem a duas questões importantes, tendo como referência questões de gênero, idade e condição familiar (ter ou não filhos). A primeira diz respeito à investigação de como esses jovens têm experimentado sua inserção no mundo adulto, ou seja, como têm se dado os processos de transição para o mundo adulto para essa parcela da população. Grosso modo, observamos que a questão de ter ou não filhos impacta de forma mais

direta nas mulheres do que nos homens o que, neste sentido, aponta possíveis relações entre condição familiar e social, abandono de processos de escolarização e colocação diferenciada no mercado de trabalho. Outra tendência apontada no relatório nacional é a correlação entre anos de estudos. Quanto maior a escolaridade menor a possibilidade de se ter ou não filhos o que, mesmo fazendo uma análise não tão sofisticada, sugere que esse fator se relaciona diretamente com afastamento da escola, especialmente no caso das mulheres (BRASIL, 2008)

Sobre o mercado de trabalho, desenvolvemos o segundo ponto de reflexão. Evidentemente, as diferenças ora apresentadas revelam perfis diferenciados nas experiências com o mundo do trabalho dos jovens ingressantes no programa; em outras palavras, ser homem ou ser mulher, dando como exemplo apenas essa variável, é um dos fatores a serem observados nas experiências com o trabalho de quem chega ao ProJovem e de quem sai do programa. Como ressaltamos anteriormente, seriam necessários estudos com egressos para se analisar com maior precisão em que medida suas ações impactaram positivamente (ou não) na inserção ao mundo do trabalho das mulheres e dos homens concluintes. Entretanto, ainda que não tenhamos esses dados disponíveis para o município pesquisado, já é possível analisar no perfil de entrada alguns elementos esclarecedores. Conforme, explica o relatório parcial do programa no ano de 2007:

A desocupação também afeta os jovens de forma diferenciada: à medida que aumenta o tempo de desemprego, maior é a proporção de jovens do sexo feminino nessa condição. Além disso, há mais jovens do sexo feminino (21,6%), comparativamente ao sexo masculino (19,9%) que nunca trabalharam antes (BRASIL, 2008, p. 34).

Contudo, se podemos observar elementos que dificultam os processos de escolarização e entrada no mundo do trabalho por parte das mulheres, tanto os dados nacionais quanto os dados locais demonstram que, quando comparados os perfis de entrada e saída, elas estão em maioria no que se refere ao término do curso. No plano nacional, as mulheres foram responsáveis, até o ano de 2007, por 56,4% das matrículas e 59% das conclusões do ProJovem; os homens representaram 43,6% e 41% respectivamente. Em João Pessoa, na primeira turma, mesmo com uma diferença em relação aos dados nacionais (maior entrada de homens), temos uma inversão de porcentagem quando comparamos o quadro de alunos concluintes: 50,3% dos concluintes desta turma eram mulheres (que representaram 45,8% das matrículas) e 49,7% de homens (que representavam, inicialmente, 54,2% das matrículas). A tendência de maior sucesso das mulheres na conclusão do programa também foi identificada na segunda turma, conforme quadro abaixo.

**Quadro 1 – Matrícula e conclusão do curso por sexo**

Sexo	Percentual de matrículas da primeira turma	Percentual de concluintes da primeira turma	Percentual de matrículas da segunda turma	Percentual de concluintes da segunda turma
Feminino	45,8%	50,3%	52%	59%
Masculino	54,2%	49,7%	48%	41%

No que se refere aos dados daqueles que não concluíram o ProJovem na primeira e segunda turma, alunos que solicitaram desligamento ou foram desligados do programa, o percentual também é desfavorável aos homens. Na primeira turma, mesmo tendo uma um quantitativo de entrada superior, 61,3% dos que se enquadram nesse perfil eram do sexo masculino e 38,7% do sexo feminino. Na segunda turma, dos que não concluíram o ProJovem, 54% eram homens e 46% mulheres.

Isso posto, os fatores que incidem para a não conclusão do curso (dentre eles a evasão e o não cumprimento das exigências mínimas do programa) são mais recorrentes nos homens do que nas mulheres, provavelmente por situações ligadas ao mercado de trabalho (grande causa das evasões segundo os dados nacionais). Não se deve deixar de registrar que a média de anos de estudos das mulheres tem crescido significativamente em comparação com os homens, independentemente da forma com que se tem chegado a esses anos de estudos (incluindo a seriação regular, por exemplo). As conseqüências dessas mudanças para o mercado do trabalho têm sido objeto de reflexão de diversos trabalhos que analisam a relação entre escola e trabalho sob o recorte de gênero. De qualquer modo, em se tratando dos alunos que buscaram o ProJovem com o objetivo de escolarização, a presença de uma maioria de mulheres tanto na entrada (nacional) quanto na saída (nacional e local), aparece como elemento que problematiza em que medida as ações ligadas, por exemplo, à qualificação profissional oferecida pelo ProJovem têm repercutido para a vida dos jovens e das jovens que concluíram o curso.

Outro fator a ser observado, analisando o perfil de entrada dos jovens no quadro nacional, é a distribuição de estudantes em relação à cor. Dados do sistema de monitoramento apontam que, em nível nacional, 23% dos estudantes se declararam brancos, 22% negros, 48% pardos, 4% e 3% amarelos e indígenas respectivamente. Em João Pessoa, na primeira turma do ProJovem, a distribuição de alunos segundo esse critério se aproximava do cenário nacional, com predominância dos que se declararam pardos: 28,7% brancos, 21,8%% negros, 48% pardos e 1,5% amarela. Essa tendência permaneceu quase inalterada na segunda entrada do ProJovem.

Na terceira turma também temos uma disposição parecida no que se refere à cor, ainda que tenha aumentado o número de estudantes que não responderam a esse quesito no questionário de matrícula. O número absoluto de não respondentes na primeira e segunda turma fora de 120 e 163, respectivamente. Na terceira turma, essa informação estava ausente em 1.974 dados de matrículas. Neste sentido, seria necessário investigar as razões pelas quais esse quesito foi tão

pouco respondido aos matriculados da terceira turma, estabelecendo uma comparação com os dados das duas anteriores; o número discrepante sugere algum tipo de erro no recolhimento dessa informação.

Em síntese, analisando a situação dos ingressantes levando em consideração à cor, os dados nacionais apresentam maiores possibilidades de explicações, na medida em que há nessas sistematizações um cruzamento, por exemplo, entre dados de cor e de ocupação/trabalho. Outra vantagem dos dados nacionais é a possibilidade de se vislumbrar diferenças regionais quando apresentadas essas categorias de análise. Portanto, segundo a análise apresentada no relatório em tela:

Os pardos (13,6%) e os negros (13,2%) representam, proporcionalmente, a maioria da população de desocupados há cinco anos ou mais, enquanto os jovens brancos (24,6%) são a maioria dentre a população daqueles que nunca trabalharam antes. As diferenças tornam-se ainda mais contundentes quando são analisadas as condições de ocupação, referentes ao trabalho remunerado que tiveram por mais tempo em 2005. Mesmo levando em consideração o fato de que a faixa de variação salarial na qual os jovens do ProJovem se inserem é muito baixa, é possível observar diferenças significativas entre homens e mulheres, brancos, negros e pardos, e também entre regiões (BRASIL, 2008, p. 35-36).

Algo importante a ser destacado é a relação que o jovem tem com sua família, especialmente no que se refere ao papel que o mesmo cumpre tanto em relação aos aspectos econômicos quanto aos papéis sociais estabelecidos no núcleo familiar. Em João Pessoa, tendo como referência a turma de 2006, apenas 16,6% dos matriculados se intitulavam chefes de família, ou seja, principais agentes econômicos responsáveis pelo chamado “sustento da casa”. Desses, 46% eram homens e 54% mulheres. O fato de termos 83,4% dos matriculados respondendo que não são os chefes de família confirma uma tendência analisada por pesquisadores na área de juventude ligada às formas de “transição para a vida adulta”. De certo modo, cada vez mais os jovens têm retardado a entrada no mundo adulto pela “independência financeira”, forma amplamente consagrada no último século como marco na transição entre o ser jovem e o ser adulto. Neste sentido, a saída da casa dos pais, por exemplo, definida como o processo de independência financeira ou geração de outra família (principalmente família com filhos) já não é um elemento tão “estável” para se analisar a condição juvenil dos participantes do programa, ou ainda, para se analisar as fases de transição que caracterizariam a juventude em relação à vida adulta.

Isso não significa dizer que, ao não serem considerados chefes de família, esses jovens estejam desprovidos de responsabilidades, inclusive econômicas, com os seus familiares, pelo contrário. Dados nacionais indicam que 21,9% dos jovens apontavam como maior motivação para o trabalho “sustentar a casa, filhos e outras pessoas”, o que denota a necessidade e a importância desses sujeitos no que se refere ao sustento econômico de suas famílias. Contudo, o interessante é de que, ainda segundo os dados, 21,4% dos jovens brasileiros apontavam o fato de “serem independentes” como principal motivação para o trabalho e 17% “ter dinheiro

para gastos pessoais”. Comparando os dados nacionais com o perfil dos estudantes de João Pessoa, podemos inferir que a condição juvenil desses jovens é muito mais plural aparentam. Isso considerando o fato de que, apesar de pertencerem a um grupo social ligado a um perfil de exclusão, a sua grande maioria não é chefe de família e boa parte (cerca de 38,4%) deseja ser “independente”, por tanto, ter dinheiro para viver sua própria condição de jovem. Talvez essas questões afastem rotulações que, geralmente, tendem a se apresentar para jovens adequados ao perfil do programa, ou seja, jovens ligados a um perfil de exclusão social. As pistas ora apresentadas nos conduzem a observar essa juventude a partir de sua condição de pluralidade, inclusive, no que se refere aos seus objetivos com o mundo do trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que as observações desenvolvidas nesse texto são, sobretudo, desafios analíticos, ou seja, questionam como perceber, do ponto de vista da pesquisa social, as nuances e diversidades de práticas sociais que envolvem grupos pertencentes a uma mesma classe social, por exemplo. O desafio é perceber as diferenças sem desconsiderar as condições em que são desenvolvidas as experiências juvenis; condições essas que estão ligadas a um mundo com mais incertezas do que diziam os nossos pais. Isso não significa assumir o discurso niilista ou de completo fim das estruturas sociais, que, nos dizeres de Boaventura de Sousa Santos, configura uma pós-modernidade celebratória. Esse discurso tende a propagar a idéia de quebra absoluta dos marcos que definiriam o que é ser adulto e o que é ser jovem. O desafio está, justamente, em analisar a diversidade de transições em um contexto social que guarda mudanças significativas de estruturas, mas ao mesmo tempo guarda um movimento de conservação das mesmas e reconfiguração. Esses elementos aparecem difusos no tecido social e devem ser percebidos, especialmente em países como o Brasil, a partir das experiências com o lugar.

No que se refere especificamente ao ProJovem, os dados apresentados apontam diversos caminhos a serem explorados para compreender as possíveis repercussões do curso nas experiências de vida juvenis. Decerto que as análises quantitativas apresentadas são insuficientes frente aos desafios de ordem qualitativa. Contudo, podemos desde já perceber que a formulação, implantação e avaliação de políticas para a juventude precisam considerar estes elementos de diversidade para, de fato, avançarmos no conceito de jovem como cidadão de direito. Em resumo, a diversidade de situações encontradas no município de João Pessoa desafia tanto a gestão municipal quanto federal, a implementarem ações que avancem na institucionalização da temática juventude na estrutura das políticas públicas. Saber em que medida o desenvolvimento de um programa como o ProJovem contribui para esse desafio é mais uma questão que se apresenta no campo das pesquisas em educação e juventude.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. A “juventude” é apenas uma palavra! *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL, República Federativa do. Secretaria Geral da Presidência da República/Coordenação Nacional do ProJovem. *ProJovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens*. Educação, Qualificação e Ação Comunitária. Texto integral. Brasília, março de 2005.

BRASIL, República Federativa do. Secretaria Geral da Presidência da República/Coordenação Nacional do ProJovem. *Relatório parcial de avaliação do ProJovem 2007*. Brasília, abril de 2008.

MANNHEIM, Karl. Funções das gerações novas In: FORACCHI, M e PEREIRA, L. *Educação e sociedade*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. “La juventud és mas que una palabra”. In: MARGULIS, Mario. *La juventud es más que una palabra: ensayos sobre cultura y juventud*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.

PAIS, José Machado. Las transiciones y culturas de la juventud: formas y escenificaciones. *Revista internacional de ciências sociais*, junio 2000n. 164 (versão digital)

TAYLOR, Charles. *Argumentos Filosóficos*. São Paulo. Loyola, 2000.